

A importância dos recursos pesqueiros no processo de colonização na América Portuguesa quinhentista

GISELE CRISTINA DA CONCEIÇÃO*

Resumo: O presente trabalho pretende analisar o processo de reconhecimento, construção de saber e adaptação dos colonizadores lusos na América Portuguesa quinhentista. Desta forma, privilegiaremos os aspectos ligados à sobrevivência e subsistência, assim como as técnicas e tecnologias desenvolvidas por estes no que se refere à obtenção e conservação de fontes de alimentos nas faixas litorâneas da costa brasileira. Por possuir uma grande profusão de vida marinha, as costas da América Portuguesa constituíram-se em locais onde se podia encontrar, provavelmente, aquela parcela diária de proteína necessária à sobrevivência no Novo Mundo. Portanto, acreditamos que o desenvolvimento de tal logística permitiu uma otimização de tempo para tais colonizadores, o que, consequentemente possibilitou melhores chances de obter sucesso na empreitada de colonização da terra recém descoberta. Deste modo, as descrições de peixes, crustáceos e moluscos contidos nas crônicas, relatos e tratados feitos pelos primeiros colonizadores portugueses na América compõem-se, enquanto importantes fontes documentais no que se refere ao estudo das técnicas utilizadas na caça e coleta de alimentos ricos em gordura e proteína, estes tão imprescindíveis à sobrevivência de qualquer ser humano submetido à desgastante rotina de habitar um Novo Mundo.

Palavras chave: América Portuguesa; técnicas de sobrevivência; fauna marinha.

Abstract: This work intends to analyze the process of recognition, construction of knowledge and adaptation of Portuguese colonists in America in the early sixteenth century. Thus, focusing on aspects related to survival and subsistence, as well as techniques and technologies developed by them in relation to finding and maintaining food sources along the Brazilian coasts. Because of the great variety of animal life, the coasts of Portuguese America were formed in places where they could find, probably, that portion of daily protein requirement for survival in the New World. Therefore, we believe that the development of such a logistics optimization of time allowed for such settlers, which consequently allowed a better chance to succeed in the enterprise of colonization of the newly discovered land. Thus, descriptions of fish and shellfish contained in chronicles, treaties and reports made by early portuguese settlers in America are made up, as important documentary sources in for the study of techniques used in hunting and gathering of food sources riches in fat and protein, such as central to the survival of any human being subjected to the exhausting routine of living in a New World.

Key words: Portuguese América; survival techniques; marine fauna.

* GISELE CRISTINA DA CONCEIÇÃO é Mestranda em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) e participa do Grupo de pesquisa do Laboratório de História, Ciências e Ambiente (LHC)

Introdução.

O processo de expansão ultramarina iniciado, em grande parte, pela Coroa Portuguesa no século XVI, nos deixou uma fascinante e pouco usual classe de fontes documentais que, em muito, podem corroborar a um maior entendimento do processo de colonização desencadeado no chamado Novo Mundo. Referimo-nos às profusas e ricas descrições de animais feitas pelos primeiros europeus na América Portuguesa. Tais descrições nos permitem o delinear de um colonizador consideravelmente metódico, sistemático e preocupado, também, em se ocupar de observar, descrever e classificar uma fauna que, a partir de sua perspectiva, era totalmente nova.

Associada a tais inquietações haviam, ainda, as dificuldades em se adaptar às condições climáticas dos domínios morfoclimáticos tropicais que podem ser considerados, também, elementos relevantes no processo de adaptação dos europeus, bem como dos animais e plantas que foram trazidos nas embarcações para o Novo Mundo. Estes fatores podem ser considerados, quando analisamos as condições de sobrevivência e estabelecimento deste europeu na América quinhentista, como constituintes de um processo dotado de considerável complexidade.

Como é sabido, as primeiras impressões dos colonizadores que aportaram na América Portuguesa foram de que “*naquela terra onde se plantando tudo se dá*” (CAMINHA, 1985), sendo que qualquer tipo de planta e animal exótico se adaptaria e reproduziria com facilidade. Porém, os colonizadores quinhentistas logo perceberam que seria uma empreitada laboriosa se estabelecer naquelas terras recém-descobertas, pois havia uma série de fatores a serem considerados nos primeiros decênios de

estabelecimento, uma vez que o simples ato de se alimentar tornou-se consideravelmente complexo e trabalhoso. Mesmo com a grande diversidade de animais e plantas disponíveis, a obtenção de alimentos dispndia um intenso gasto calórico dos colonizadores, uma vez que seus conhecimentos técnicos sobre caça e pesca não se aplicavam de imediato ao uso e processamento dos animais daquela biota.

Provavelmente, uma das primeiras dificuldades com a qual os europeus se defrontaram quando aportaram nas terras do Novo Mundo, foi a de suprir aquela necessidade diária de proteína e gordura animal imprescindível à sua subsistência, pois, obter alimento de qualquer tipo apresentou-se, para aquele colonizador, uma tarefa complexa e, por vezes, dispendiosa do ponto de vista energético. Mesmo as reservas proteicas existentes na América Portuguesa sendo abundantes, os europeus precisavam se adaptar e ou desenvolver novas técnicas na obtenção de alimentos disponíveis naquela biota, em muito, desconhecida.

Por outro lado, manter o processo de colonização por meio de alimentos trazidos da Europa não era viável do ponto de vista técnico, pois, métodos europeus de conserva como o do presunto ibérico, temperado com pouco sal e curado ao natural, logo se tornava um meio de cultura para larvas das inúmeras espécies de dípteras encontradas na América Portuguesa. Como agravante, havia ainda uma gama de obstáculos impedindo que este traslado fosse efetuado com certa frequência, uma vez que o custo das viagens ultramarinas eram elevados e a logística para transportar e conservar alimentos nos porões das naus, complexa e pouco eficiente.

Neste ponto, torna-se necessário compreendermos alguns fatores morfoclimáticos inerentes ao processo de deslocamento dos colonizadores europeus durante a Modernidade. Quando as naus portuguesas aportaram na costa da América Portuguesa, estas não cruzaram somente o Atlântico no sentido Leste-Oeste, mas também no sentido Norte-Sul. Tal informação, obviamente, não nos aponta somente o rumo seguido pelas embarcações lusas, pois, durante o descolamento no sentido Norte-Sul os colonizadores depararam-se com uma variedade muito maior de características físicas, bem como um espectro, relativo ao tempo e a intensidade de incidência solar mais ampla. Lembremo-nos, portanto, que à medida que os europeus deslocaram-se, em sua expansão marítima no sentido longitudinal em relação ao globo, encontraram uma ampla diversidade climática, biogeográfica que em muito influi em diferenças nos ciclos de plantio, colheita e criação de plantas e animais domésticos (DIAMOND, 2008).

Estes fatores dificultaram uma transposição pura e simples das plantas e até animais já domesticados na Europa para as terras da América. Tais características, obviamente, nos atentam para o fato de que, as questões de ordem física, sejam elas geológicas, bióticas ou climáticas, também são fatores a serem considerados no estudo da trajetória colonizadora dos europeus ibéricos na América Portuguesa.

Lembremo-nos que a introdução e criação de animais domésticos exóticos (oriundos do Velho Mundo) foi um processo que demandou considerável tempo, tanto por conta das espécies predadoras encontradas na América Portuguesa, entre elas morcegos hematófagos (SANTOS, 2007), grandes

felinos e ectoparasitos hematófagos como percevejos, pulgas, carrapatos e bichos de pé (*Tunga penetrans*) (CROSBY, 1993), como na própria adaptação dos animais domésticos trazidos da Europa. Deste modo, é importante nos atentarmos para o fator, por vezes limitador, da diversidade geográfica e climática, uma vez que no Brasil observamos, ao menos, sete diferentes domínios morfoclimáticos¹. Ou seja, para cada domínio os animais introduzidos pelo colonizador, durante o processo de expansão, tinham sua resiliência testada. O que, não raramente, implicava em um retardo da proliferação e manutenção de uma fonte de proteína que, em teoria, deveria estar sempre à disposição. Neste último caso, podemos elencar o porco doméstico europeu (*Sus scrofa domesticus*) que, apesar de ser uma ótima fonte de proteína e gordura, não possuía um sistema homeostático tão bem adaptado à regiões com alto grau de insolação (CROSBY, 1993). Deste modo, os colonizadores europeus nos trópicos, durante os primeiros decênios, tiveram algumas dificuldades na criação de porcos. Neste sentido, parte da solução (e também do problema) passou a ser o de encontrar alimentos nativos da Colônia, principalmente fontes de proteínas e gordura animal, de forma eficiente e segura.

Desta maneira, tornou-se primordial para aquele colonizador encontrar formas de obter alimentos que pudessem suprir, de imediato, sua necessidade mais básica, alimentar-se. Precisavam, então, aprender e ou desenvolver técnicas que se adequassem ao clima, solo, geografia, fauna e flora

¹ No Brasil, observamos ao menos sete diferentes domínios morfo-climáticos, a saber, Amazônico, Cerrado, Mares de morros, Caatinga, Araucária, Pradarias e Faixas de transição (VESENTINI, 2005: 267).

dos trópicos, posto ser este conhecimento primordial tanto no que diz respeito à obtenção de fontes nutricionais oriundas da fauna nativa, quanto no processo de adaptação dos animais e plantas trazidos da Europa.

Esta necessidade premente acabou por desencadear outra, a da construção de um saber sobre a natureza daquele Novo Mundo. Deste modo, tal demanda contribuiu para o perfil de um colonizador também atento à observação, descrição e catalogação dos animais daquele ambiente ainda por explorar. O que, obviamente, contribui à caracterização de uma colonização da América Portuguesa criteriosa e metódica.

Com respeito ao processo de conhecer e assimilar nota-se que o trabalho efetuado por boa parte dos colonizadores e viajantes quinhentistas, consistia em encontrar variedades de animais que fossem, até certo ponto, identificados enquanto similares aos conhecidos na Europa. Tal episteme foi, principalmente no início da modernidade, crucial na construção de um saber sobre o mundo natural (FOUCAULT, 2000, 33 a 61). Associado a esse trabalho de reconhecimento da fauna, estava o de inventariar os saberes detidos pelos povos nativos no que se referia à biota da América Portuguesa, bem como das tecnologias e técnicas de caça e beneficiamento referentes àquele meio.

É interessante observarmos o quanto tal busca por similaridades pode ser verificada nas descrições de animais. Neste sentido, o princípio classificatório utilizado por Gabriel Soares de Sousa é exemplar. Tais descrições, em sua maioria, eram desenvolvidas por meio de analogias (FOUCAULT, 2000), ou seja, por meio de comparações entre as espécies nativas européias e as nativas

brasileiras desenhava-se um quadro de semelhanças entre ambas para aí classificar o animal. Verificamos isto com a descrição que Souza faz de uma espécie de ouriço do mar,

“Pindá chamam os índios aos ouriços que se criam no mar da Bahia, que são como os da costa de Portugal, os quais se criam em pedras; e não usa ninguém deles para se comerem, nem para outra coisa alguma que aproveite para nada” (SOUSA, 1971, 273).

Nota-se que o conhecimento e a nomeação indígena sobre o ouriço são observados e levados em conta por Sousa, em um claro sinal de reconhecimento do quanto o saber autóctone sobre as espécies nativas marinhas poderia ser estratégico tanto no que se refere à utilidade quanto ao perigo.

Das etnias indígenas contactadas pelos europeus no século XVI, boa parte tinha, nos chamados frutos do mar, uma importante e estratégica fonte de proteína. O que, obviamente, não deve ter causado muito estranhamento entre os colonizadores portugueses, principalmente, quando as técnicas culinárias indígenas, por exemplo, em muito lembravam a um modo tradicionalmente luso de se preparar peixe, afinal, os Tupinambás: *“ao peixe não escamam nem lhe tiram as tripas, e assim como vem do mar ou dos rios, assim o cozem ou assam: o sal de que usam, com que temperam o seu comer, e em que molham o peixe”* (SOUSA, 1971). Provavelmente, tal iguaria indígena deve ter se mostrado consideravelmente familiar a Gabriel Soares, em uma daquelas ocasiões em que o estranhamento culinário não ponderou os relatos sobre os hábitos alimentares do autóctone. Ademais, para os colonizadores lusos, adequar-se a uma dieta alimentar rica em frutos do

mar exigiu pouca ou quase nenhuma plasticidade, afinal peixes, moluscos e crustáceos já faziam parte do universo gastronômico português muito antes da construção das primeiras naus.

De fato, por toda a América, e não apenas nos domínios tropicais (e tão pouco apenas durante o século XVI) colonizadores de todas as nacionalidades, vivendo em domínios morfoclimáticos dos mais variados, dificilmente desprezavam a relativa fartura de proteína e gordura resultantes das condições ecológicas propícias à concentração de grandes comunidades animais, principalmente aquelas encontradas nas áreas litorâneas. Um claro exemplo disso pode ser observado no estabelecimento das colônias holandesas e inglesas na América do Norte, em especial no estuário do Rio Hudson, em um lugar então conhecido como Nova Inglaterra. É particularmente esclarecedor o fato de estas Colônias terem se estabelecido em locais onde fontes de proteína (no caso ostras) já eram exploradas, com relativo sucesso, desde as primeiras ocupações humanas promovidas pelos indígenas da etnia Lenape, sustentado, deste modo, assentamentos relativamente populosos de nativos americanos (KURLANSKY, 2009).

Os indígenas nativos da América Portuguesa haviam desenvolvido, há muito, técnicas específicas para granjear alimentos retirados do mar, logo, os europeus também se valeram destas, adaptando o conhecimento de caça e coleta que traziam da Europa com aquele adquirido através do contato com o indígena. Tais trocas culturais (BURKE, 2006) aconteceram como em uma via de mão dupla, e a adaptação dos europeus à nova terra não se deu de forma rápida, afinal o contato com os nativos americanos, apesar de ter se

mostrado importante nos processos de reconhecimento do ecossistema, obviamente deve ter perpassado por um processo inicial de estranhamento, o que, também, demandou tempo. Neste sentido, é de fato interessante pensarmos nas questões relacionadas tanto às possíveis modificações na cultura indígena, quanto na europeia, uma vez que os colonizadores quinhentistas, recorrentemente, relatam métodos de apresamento e processamento dos alimentos que apreenderam dos indígenas do Novo Mundo.

Outro aspecto relevante estava relacionado ao modo como os indígenas nomeavam e classificavam os animais, e que foi, em boa parte, reconhecido e incorporado pelos europeus. Um bom exemplo desta *taxonomia* indígena encontrava-se, por exemplo, na classificação das ostras da costa da Capitania da Bahia, que se dava da seguinte forma: *leriuçu* (leri: ostra; uçu: grande), *leri-mirim* (leri: ostra; mirim: pequena), *leri-peba* (leri: ostra; peba: chata) (SOUSA, 1971, 270). Este modelo descritivo e classificatório denota não somente uma pormenorização no que diz respeito às descrições dos animais, mas também um sofisticado raciocínio taxonômico. Ademais, é difícil não nos remetermos à sistemática lineana, concebida quase 150 anos depois de Gabriel Soares de Souza ter observado o *modus classificandi* Tupi, e considerada uma revolução na filosofia natural setecentista. Na sistemática lineana as espécies também são nomeadas com um sistema de nomenclatura binomial, ou seja, o nome da espécie é formado por duas palavras, sendo a primeira o nome do gênero e a segunda o restritivo específico (LINEU, 1907).

Nota-se que, coligado ao nome dado pelo nativo vem uma descrição dada por Sousa acerca daquilo que ele conhecia sobre a espécie que estava descrevendo. Como no caso do Peixe Serra:

“*Araguaguá* é chamado pelos índios o peixe a que os portugueses chamam peixe-serra; os quais têm o couro e feição dos tubarões, mas têm no focinho uma espinha de osso muito dura, com dentes de ambas as bandas mui grandes, uns de meio palmo, e outros de mais, e de menos; segundo o peixe, é a espinha de seis, sete palmos de comprido, os quais se defendem com elas dos tubarões e de outros peixes.” (SOUSA, 1971, 257.)

Este tipo de descrição mostra a construção de um saber resultante de uma via de mão dupla no que tange a relação do conhecimento indígena com o europeu acerca do mundo natural. Tal fenômeno, como já afirmado, pode ser notado também enquanto uma busca por similaridades entre as espécies nativas da América Portuguesa e aquelas já conhecidas na Europa. Esta característica das descrições quinhentistas nos permite levantar uma discussão historiográfica pertinente, afinal, por algum tempo, observou-se tais colonizadores enquanto portadores de uma plasticidade que os possibilitava adaptar-se a qualquer ecossistema e a novas práticas alimentares (HOLANDA, 1963). Ora, ao observarmos pormenorizadamente as descrições de Gabriel Soares de Sousa, notamos que os colonizadores lusos ao buscarmos, constantemente, similaridades entre os animais do Novo e Velho Mundo, também o faziam partir de uma perspectiva alimentar, gustativa que os remetesse às suas origens gastronômicas, o que pode ser interpretado enquanto um trabalho repleto de conotações signicas da busca

por alimentos que pudessem não apenas supri-los diariamente de fontes proteicas, mas também pudesse lhes remeter a terra natal. Deste modo, podemos aventar o quanto os frutos do mar encontrados na costa da América Portuguesa, foram bem aceitos pelos colonizadores lusos. Afinal, estes eram tidos em alta conta na Europa quinhentista, pois estavam entre os alimentos dignos da nobreza (CASCUDO, 1983).

Ainda no que se refere às espécies de ostras encontradas na costa da América Portuguesa, Gabriel Soares destaca que as mesmas eram, em grande parte, maiores e mais apetitosas que as do Reino (SOUSA, 1971, 270). Este elogio, entretanto, não denota uma simples adaptação ao universo alimentar oferecido pela biota da Colônia. Para aqueles colonizadores não se estava simplesmente apaziguando uma necessidade alimentar, o prazer da alimentação também tinha espaço. Não se pode esquecer o fato de que, mesmo que estes europeus estivessem em condições precárias e em uma busca desesperada por alimento, pudessem ou quisessem abandonar suas preferencias e hábitos alimentares. Esta busca por similitudes entre as espécies, enfim, dá significação, também, ao fato de não estarem tão à vontade com a nova situação à qual estavam sendo submetidos. Até mesmo o nicho onde algumas espécies eram encontradas poderia ser utilizado como princípio de similitude. Ainda no que se referia às ostras, Gabriel Soares atenta-se a esta característica para proceder ao seu inventário gastronômico, pois haviam

“outras ostras, a que os índios chamam leri-pebas, que se criam em baixios de areia de pouca água, as quais são como as salmoninas que se criam no rio de Lisboa,

defronte do Barreiro, da feição de vieiras” (SOUSA, 1971, 270).

É interessante observarmos que o processo engendrado a partir do contato com esta nova biota não gerou somente um alargamento do horizonte europeu no campo da alimentação. A doxa que guiava a Filosofia Natural naquele período sofreu um bombardeio de micro - paradigmas, estes materializados nas descrições de cada ser vivo do Novo Mundo alocado nos relatos que chegavam até a Europa. A compartimentalização de saber promovida pelas similitudes se mostrava pequena demais para descrever, classificar, enfim, alocar todo um novo universo faunístico. Mesmo que os cronistas e viajantes quinhentistas quisessem afirmar que a colonial *leri-peba era como* a portuguesa vieira, a relação de simpatia estabelecida entre as duas espécies, a partir dos nichos aparentemente semelhantes não era suficiente, e o uso das palavras *como* e *feição*, já denota o desgaste deste modo de mensurar o mundo natural.

Conclusão

É, de fato, relevante analisarmos o processo de reconhecimento e construção do saber da fauna da América Portuguesa pelos colonizadores europeus que deixaram expressos em fontes documentais, uma necessidade em conhecer a biota daquele Novo Mundo.

A relevância dos alimentos pescados e coletados no mar, durante o processo de fixação e estabelecimento do europeu na América Portuguesa, se deu enquanto estratégia de sobrevivência no que diz respeito à obtenção de alimentos. Uma vez que fontes de proteína e gordura animal são fundamentais a um ser humano submetido a uma rotina de considerável

gasto energético, afinal, imaginemos o que seria um dia de caminhada por entre a Mata Atlântica, ou de marcha entre um engenho e o porto no transporte de pães e açúcar.

A primeira vista, nos parece fácil à tarefa de encontrar, pescar e coletar alimentos em uma costa tão rica em biodiversidade. Porém, saber quais eram as condições necessárias para se colher estes *frutos* do mar, mostrou-se ao colonizador tarefa que exigiu labor, tenacidade e um aguçado espírito investigativo. Neste sentido, torna-se oportuna a análise das primeiras descrições da fauna marinha da América Portuguesa, bem como das técnicas e tecnologias apreendidas e utilizadas pelos primeiros colonizadores na busca por alimento, o que, acabou por redundar em um saber sobre o mundo natural do Novo Mundo.

Enfim, este colonizador preocupado em encontrar, reconhecer e catalogar animais que pudessem ser semelhantes aos conhecidos na Europa, nos permite vislumbrar, mesmo que parcialmente, as dificuldades encontradas na América Portuguesa no que se refere à obtenção de fontes de proteína e gordura animal, assim como corrobora a percepção de um colonizador criterioso e metódico, um tanto quanto diferente daquele identificado enquanto promotor de um processo colonizatório ao revés e ou apesar de seu colonizador (HOLANDA, 1963). Afinal, ao descrever ouriços do mar que eram como os de Portugal ou ostras que se criavam como no rio Tejo, o colonizador, em certa medida, procurou reconstruir o universo filosófico natural que o circundava no outro lado do Atlântico. Prova de que a plasticidade poderia estar na boca que consumia a fauna local, mas não no olhar que a apreendia.

Referências.

BURKE, Peter. *Hibridismo Cultural*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2006.

CASCUDO, Luis da Camara. 1983. *História da alimentação no Brasil* – Ed. Nacional (2 vol) fev. 1963), 1967, (col. Brasileira 322 e 323) – 2ª ed. Itatuaia.

CASTRO, Silvio. 1985. *A carta de Pero Vaz de Caminha*. Porto Alegre: L & PM Editores.

CROSBY, Alfred. 1993. *Imperialismo ecológico: A expansão biológica da Europa 900-1900*. São Paulo: Companhia das Letras.

DIAMOND, Jared. 2008. *Armas, germes e aço: os destinos das sociedades humanas*. Rio de Janeiro: Record.

FOUCAULT, Michel. 2000. *As Palavras e as Coisas* - Uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes.

HOLANDA, Sérgio Buarque. 1963. *Raízes do Brasil*. Editora Universidade de Brasília.

KURLANSKY, Mark. 2009. *A grande ostra: cultura, história e culinária de Nova York*. Rio de Janeiro: José Olympio.

LINEUS, Karl Von. 1907. *Systema Naturae*. Estocolmo. Generalstabens Lotografiska Anstalt.

SANTOS, C. F. M.; FERREIRA, Vítor de Souza; CARREIRA, Lígia. 2007. *A América e o morcego hematófago no relato de viajantes quinhentistas*. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 23, p. 561-573.

SOUSA, Gabriel Soares de. 1971. *Tratado Descritivo do Brasil*. São Paulo: Brasileira.

VESENTINI, José William. *Geografia Série Brasil*. São Paulo: Ed. Ática, 2005.